



## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

### PROJETO DE LEI Nº 4.346, DE 2019

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, os trechos rodoviários que especifica.

**Autor:** Deputado FREI ANASTACIO RIBEIRO

**Relator:** Deputado GUILHERME UCHOA

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, do ilustre Deputado Frei Anastacio Ribeiro, inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, trechos das Rodovias PB-361 e PB-400, no Estado da Paraíba.

Em sua justificção, o autor sustenta que os trechos permitem acesso a importantes municípios do interior paraibano, como Itaporanga e Cajazeiras. Destaca a vocação da região para agricultura e para a indústria, especialmente a alimentícia, têxtil, de construção, couro, fiação, sucata, tinta e tecelagem. Argumenta que os municípios são polos atrativos de tráfego e, portanto, requerem “vias estruturadas para o escoamento de mercadorias e o deslocamento da população”. Acredita, ainda, que a proposta promoverá o desenvolvimento regional e a integração social e econômica da região.



Além da apreciação de mérito por parte da Comissão de Viação e Transportes, a matéria terá a constitucionalidade e juridicidade avaliadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A matéria tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o nosso relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta do Deputado Frei Anastacio Ribeiro, aqui analisada, pretende transferir para a União a administração de trechos das Rodovias PB-361 e PB-400, no Estado da Paraíba.

O projeto já recebeu parecer favorável nesta Comissão, apresentado pelo Deputado Efraim Filho, o qual não chegou a ser apreciado.

De fato, em muitas situações, a inclusão de trechos rodoviários no Sistema Rodoviário Federal se faz necessária, pois viabiliza a destinação de recursos da União para importantes vias do interior do País. Neste caso, a melhoria das rodovias que servem aos Municípios de Itaporanga, Conceição e Cajazeiras deveria fazer parte do planejamento rodoviário nacional, na busca de integrá-los às demais unidades da federação.

Não obstante o destacado mérito do projeto, parece-nos que ele perdeu a oportunidade. Explicamos.

Até dezembro de 2021, a inclusão de trechos rodoviários no Plano Nacional de Viação (PNV) se fazia por meio de aprovação de lei específica alterando o Anexo da Lei nº 5.917/1973. Para tanto, era necessário atender a alguns critérios estabelecidos na referida Lei para inclusão de novos trechos na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal,



como, por exemplo, no caso em exame, “ligar em pontos adequados duas ou mais rodovias federais”.

Entretanto, a Lei nº 14.273, editada em 23 de dezembro de 2021, revogou totalmente a Lei nº 5.917/1973 e o seu Anexo e incluiu o art. 41-A na Lei nº 12.379/2011, prevendo que a relação descritiva das rodovias pertencentes ao Subsistema Rodoviário Federal seja elaborada e atualizada, anualmente, por ato do Poder Executivo.

Assim, diante desse novo quadro normativo, em que a responsabilidade pela elaboração e atualização da relação das rodovias federais foi incumbida ao Poder Executivo, entendemos não caber mais a inclusão de novos trechos rodoviários por meio de lei ordinária. Eventuais inclusões deverão ser levadas ao Poder Executivo para que este, verificada a oportunidade e a conveniência da medida, decida pela sua aceitação.

Diante de todo o exposto, no que cabe a esta Comissão analisar, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 4.346, de 2019.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

Deputado **GUILHERME UCHOA**  
Relator

